

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
22ª Sessão Ordinária de 2017

Dia: 28/11/2017

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 –
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017).

Processo com Pedido de Vista

Pedido de Vista em 24/10/2017

2) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.001196/2014-63 (Recurso Interno) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000272/2013-32)

Recorrente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024

Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia

Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida no Processo CNMP n.º 0.00.000.000272/2013-32, que determinou ao Ministério Público do Estado da Bahia o pagamento aos aposentados e pensionistas da parcela autônoma de equivalência do período de setembro de 1994 a setembro de 2001.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Bahia

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Incluído na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

3) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000014/2017-80

Requerente: Comissão da Infância e Juventude

Assunto: Visa à formação de um grupo de trabalho especial, com o objetivo de formatar e implementar estratégias de efetivação das medidas em meio aberto em todo o território nacional, bem como o desenho de legislação para acompanhamento de execução das referidas medidas no âmbito do CNMP, à simetria da que trata as medidas privativas de liberdade.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão da Infância e Juventude

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

- 4) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000138/2017-65
Requerente: Comissão de Planejamento Estratégico
Assunto: Proposta de Indicadores Estratégicos do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta – Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (28/11/2017)

- 5) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001811/2013-51
Requerente: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho – Promotor de Justiça/PE
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos das Portarias n.º 608/2013, 796/2013, 1.435/2013 e 1.437/2013, editadas pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, as quais removeram membros do mencionado Parquet, em detrimento da remoção do requerente que não teve o seu direito adquirido reconhecido. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Pernambuco
- 6) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000132/2017-98
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa realizar visita técnica no Estado do Rio Grande do Sul, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 7) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000133/2017-32
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa apurar a atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo no caso ocorrido em mostra de arte do Museu de Arte Moderna – MAM, em São Paulo/SP.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 8) Avocação n.º 0.00.000.000139/2017-18
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Pedido de avocação do Processo Administrativo Disciplinar n.º 07/2016, que tramita no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme decisão exarada na Reclamação Disciplinar n.º 1.00945/2017-40.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 04/07/2017

- 1) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 05/07/2017

- 2) Proposição nº 1.00056/2017-10
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 08/08/2017

- 3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00062/2016-50
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessado: David Evandro da Costa Carramanho
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Procedimento Administrativo nº 9982/04-PGJ. Portarias 753/93/PJ e 792/93/PJ. Pagamento adicional de tempo de serviço e vantagem pessoal pelo exercício de função a membro do Parquet, sem observância da prescrição quinquenal. Processo apenso ao Pedido de Providências n.º 0.00.000.000028/2006-41.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Amazonas
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00741/2016-65
Requerente: Tamar Oliveira Luz Dias
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Declaração de Vacância. Decisão instrumentada no Ato nº 372/2016, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Direito à declaração de vacância, em razão de posse em outro cargo público. Possibilidade de recondução.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Bahia
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 10/10/2017

- 6) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 14/11/2017

- 7) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00700/2016-23
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogado: Rodrigo Sproesser Novas – OAB/SP n.º 314.176
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CNMP-CN nº 169/2016.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

- 8) Reclamação Disciplinar nº 1.00046/2017-75 (Embargos de Declaração)
Embargante: Lucas Fernandes Bernardes
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522
Embargado: Monique Cheker de Souza
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Trata-se de Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- 9) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00241/2017-78 (Embargos de Declaração)
Embargante: Maria Marília Oliveira Calado
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Comparecimento ao expediente forense. Procuradoria da República na Comarca de Garanhuns. Morosidade na instrução de procedimentos extrajudiciais. Baseada na Sindicância CNMP nº 0.00.000.000448/2016-07 e na Correição CNMP nº 0.00.000.000463/2016-47.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Processo com julgamento iniciado

- 10) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 19ª Sessão (10/10/2017)

- 11) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: José Carlos Cruz
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: São Paulo

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00360/2016-59
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Desconstituição de decisões nos autos do Procedimento Administrativo nº 08190.041530/04-18, que prorrogaram prazo para entrega de tese de doutorado do Promotor de Justiça Roberto Carlos Batista.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00807/2016-44
Requerentes: Luiz do Valle Miranda Junior; Odete do Valle Miranda
Advogado: Walmir Hugo Pontes dos Santos Junior – OAB/PA n.º 15.317
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão. Recomendação para que a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Comando Geral da Polícia Militar se abstenham de efetivar reintegrações de posse sem a existência de decisão judicial, ainda que nas hipóteses previstas no art. 1.120, § 1º, do Código Civil. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Pará
- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00969/2016-64
Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Anulação da Resolução nº 013/2016-CPJ, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Reconhecimento da retroatividade ao auxílio alimentação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 15) Pedido de Providências nº 1.00390/2017-82
Requerente: Estado do Amapá
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Ajuizamento de ação civil pública contra Governador. Processos n.º 0041152-11.2016.803.0001, n.º 0053592-39.2016.803.0001 e n.º 0002637-07.2016.8.03.0000. Usurpação de competência do Procurador-Geral de Justiça por parte de Promotor de Justiça. Lei Complementar n.º 89/2015. Pedido de afastamento.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Amapá
- 16) Proposição nº 1.00582/2017-16
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

17) Proposição nº 1.00687/2017-20

Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Necessidade de especialização de órgãos do Ministério Público. Atuação em conflitos coletivos agrários e fundiários.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

18) Procedimento Avocado nº 1.00753/2017-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procedimento Avocado. Representação por Remoção Compulsória nº 2016.0032.4905-02. Conforme decisão proferida na Avocação CNMP nº 1.00503/2017-03.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

19) Proposição nº 1.00236/2016-01 (Embargos de Declaração)

Embargante: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00085/2017-08 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado da Bahia
Embargado: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Critérios objetivos para promoções por merecimento. Não aplicação do art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP n.º 02/2005. Ausência de texto regulamentador no âmbito do Parquet baiano. Publicação de editais de remoção e promoção por merecimento nº 18/2017 e 20/2017.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Bahia
- 21) Proposição nº 1.00576/2017-96
Requerente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Visitas institucionais. Instituições que atendem pessoas portadoras de deficiência/necessidades específicas de saúde em regime de acolhimento e/ou internação.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 22) Pedido de Providências nº 1.00786/2017-01
Requerentes: Artigo 19 Brasil; Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM
Advogados: Camila Marques Barroso – OAB/SP n.º 325.988; Rafael Carlsson Gaudio Custodio – OAB/SP n.º 262.284; Henrique Hollunder Apolinario de Souza – OAB/SP n.º 388.267; João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Cristiano Avila Maronna – OAB/SP n.º 122.486
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Harmonização da atuação institucional. Cumprimento da Resolução CNMP nº 20/2007. Uso das forças policiais na limitação do direito de manifestação e associação pelo Governo do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

- 23) Nota Técnica nº 1.00190/2015-21
Requerente: Walter de Agra Júnior
Objeto: Nota Técnica sobre Propostas de Emenda Constitucional de Redução da Idade Mínima de Admissão ao Trabalho e Emprego.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

- 24) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00236/2017-00
Requerente: Lúcia Helena Barbosa de Oliveira
Advogado: Thadeu Gimenez de Alencastro – OAB/DF nº 31021
Requerido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Conselho Superior. Processo Administrativo Disciplinar nº 08190.015579/14-98. Suposto abuso de autoridade cometido por policiais militares. Interferência em atribuições funcionais de outra Promotoria. Aplicação de pena de censura. Pedido de reconhecimento de prescrição e nulidade. Pedido de absolvição.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Rio Grande do Norte
- 26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00631/2017-75
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração. Legalidade. Provimento nº 20/2016, art. 16 e art. 35. Procuradoria-Geral de Justiça. Teto remuneratório. Resolução CNMP nº 09/2006. Decisão proferida no PCA CNMP nº 1.00940/2016-82.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Ceará
- 27) Pedido de Providências nº 1.00661/2017-09
Requerentes: Associação Paraibana do Ministério Público – APMP; Vanina Nóbrega de Freitas Dias Feitosa
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Auxílio-moradia. Cônjuge beneficiário. Indeferimento.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Paraíba
- 28) Proposição nº 1.00752/2017-53
Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Parâmetros para atuação do Ministério Público. Defesa do acesso e da qualidade da atenção básica de saúde e na execução das atividades relacionadas à ação nacional de saúde.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal

- 29) Pedido de Providências nº 1.00903/2017-55
Requerente: Thomas Santos Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Irregularidades em progressão na Carreira de servidor. Reenquadramento do requerente para a Classe e Nível imediatamente superior. Pagamento dos valores correspondentes às parcelas remuneratórias. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Bahia
- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00916/2017-60
Requerente: Márcio Giorgi Carcará da Rocha
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Procedimento de Gestão Administrativa nº 18373/2017. Determinação ao Conselho Superior de suspensão de distribuição, relatoria, andamento e votação dos editais nº 14 a 33/2017. Que sejam assegurados aos prejudicados o tempo de entrância intermediária na carreira. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Piauí

Processos desta Sessão (28/11/2017)

- 31) Reclamação Disciplinar nº 1.00285/2016-80 (Recurso Interno)
Recorrente: Carlos Alberto Amaro Cavalheiro
Advogado: Gerson Luis Kreismann – OAB/RS nº 37.664
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Reclamação Disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Rio Grande do Sul
- 32) Proposição nº 1.00579/2016-67
Requerente: Walter de Agra Júnior
Objeto: Proposta de Emenda Regimental que altera o art. 54, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução nº 92, de 13 de março de 2013), possibilitando a sustentação oral por videoconferência, no âmbito do CNMP.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00935/2016-06
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

- 34) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00936/2016-60 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Acre
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00938/2016-77
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Cumprimento. Art. 4º, p. u., da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 36) Reclamação Disciplinar nº 1.00279/2017-40 (Recurso Interno)
Recorrente: José Olympio Rangel Barreto
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Advogados: Renan Sales Vanderlei – OAB/ES nº 15.452; Daniel Loureiro Lima – OAB/ES nº 10.253; Thiago Carvalho de Oliveira – OAB/ES nº 11.587; Marcela de Oliveira Ramos – OAB/ES nº 19.064; Paula Amanti Cerdeira - OAB/ES nº 23.763; Naiara Nunes Loureiro de Araujo – OAB/ES nº 23.765; Jamilly Pacheco Moreira Favato – OAB/ES nº 26.122
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo
- 37) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00458/2017-79
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Militar
Advogado: Ivan Morais Ribeiro – OAB/DF nº 44.785
Objeto: Ministério Público Militar. Descumprimento de deveres funcionais. Lei Complementar nº 75/1993. Abandono de cargo em decorrência de falta injustificada.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 38) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00532/2017-93
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogado: Edson Edmir Velho – OAB/SP nº 124.530
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Processo Administrativo Disciplinar Sumário nº 10/14. Violações a deveres funcionais. Desentendimento em casa noturna. Imputabilidade. Conflito entre perícias. Referente à Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.0000396/2015-80.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

- 39) Reclamação Disciplinar nº 1.00553/2017-36 (Recurso Interno) (Apenso: Processo nº 1.00610/2017-22)
Recorrentes: Paulo Roberto Severo Pimenta; Wadih Nemer Damous Filho
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
- 40) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00556/2017-05 (Recurso Interno)
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogados: Victor Minervino Quintiere – OAB/DF nº 43.144; Bruno Espineira Lemos – OAB/DF nº 17.918
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Manifestação pública indevida por meio de mídia social pessoal. Lançamento de dúvidas sobre a integridade dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público. Conforme a RD nº 1.00759/2016-49.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
- 41) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00637/2017-05
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessado: Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00221/2015-07.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 42) Avocação nº 1.00671/2017-53
Requerente: Flávio Bussab Della Líbera
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2016. Gravação supostamente clandestina. Supostas ilegalidades na audiência de instrução.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Acre
- 43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00871/2017-24 (Recurso Interno)
Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Concurso Público para ingresso na carreira. Prova de peça prática. Resposta divergente do gabarito.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Minas Gerais

- 44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00883/2017-86 (Recurso Interno)
Recorrente: José Caetano dos Santos Filho
Recorrido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Concurso de Promoção. Recusa de vaga. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Paraíba
- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00906/2017-16 (Recurso Interno)
Recorrente: Rodrigo Siqueira de Andrade
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Controle da Resolução PGJ/RJ nº 801/1998, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.819/1997. Impedimento de que o Parquet perceba honorários advocatícios, ainda que rotulados de ônus de sucumbência. Determinação para que o montante arrecadado a esse título seja remetido aos cofres do mencionado Estado.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Rio de Janeiro
- 46) Proposição nº 1.00938/2017-67
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Critério temporal para a indicação de Promotor de Justiça para o exercício da função eleitoral não obedece à antiguidade na Comarca, devendo recair sobre aquele que mais remotamente a exerceu.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 47) Proposição nº 1.00939/2017-10
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Indeferimento de desconto em folha dos servidores filiados a sindicato sem personalidade sindical, em razão da falta de registro no Ministério do Trabalho e Emprego.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 48) Proposição nº 1.00941/2017-26
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A modificação das atribuições das Promotorias de Justiça não se confunde com a remoção por interesse público, a que dispõe o inciso VIII, do art. 93, da Constituição Federal.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal

- 49) Proposição nº 1.00948/2017-01
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Prerrogativas dos remanescentes de lista tríplice anterior, composta para fins de promoção por merecimento, nos termos estabelecidos pelo art. 61, V, da Lei nº 8.625/93, mediante análise fundamentada do Conselho Superior.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 50) Proposição nº 1.00951/2017-70
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Recomposição do primeiro quinto de candidatos habilitados à remoção ou promoção por merecimento realizada, sucessivamente, na sequência da ordem de antiguidade, tantas vezes quantas necessárias para a formação da lista tríplice objeto da votação.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 51) Proposição nº 1.00961/2017-15
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Competência do CNMP em conceder direito negado judicialmente.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 52) Proposição nº 1.00965/2017-30
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Arquivamento do feito administrativo, quando verificada a identidade de objetos e de partes entre a ação judicial e o procedimento em curso no CNMP.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 53) Proposição nº 1.00973/2017-77
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Declarar a incompetência do CNMP para questões atinentes ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

- 54) Proposição nº 1.00978/2017-45
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A existência de mecanismos de transparência ativa, como o Portal da Transparência, não desobriga o Ministério Público do dever de Transparência passiva, devendo prestar as informações que lhe forem solicitadas diretamente pelo cidadão, ainda que disponibilizadas em sítio eletrônico da Instituição.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 55) Proposição nº 1.00979/2017-07
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O sigilo nos processos administrativos, inclusive disciplinares, só é admitido em caráter excepcional, dada a regra da publicidade, consagrada nos art. 5º, XXIII, 37 e 93, IX e X, da Constituição da República.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 56) Proposição nº 1.00980/2017-50
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Natureza não disciplinar da remoção por interesse público.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
- 57) Proposição nº 1.00986/2017-82
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. É imperativo que o Ministério Público divulgue os critérios utilizados na correção das provas discursivas de seus concursos para o provimento do cargo de membro, oportunizando acesso ao espelho de prova e garantindo prazo para interposição de recursos.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 58) Proposição nº 1.00990/2017-03
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público substituir-se às bancas examinadoras, seja na elaboração, na correção ou na anulação de questões de provas de concursos públicos do Ministério Público brasileiro, desde que ausente ilegalidade manifesta ou violação à Resolução do Conselho.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

- 59) Proposição nº 1.00991/2017-59
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Para a modificação de gabarito preliminar de concurso, exige-se motivação, por se tratar de decisão administrativa, seja em face de recurso, seja em caso de revisão de ofício.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 60) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00998/2017-34
Requerente: Emerson Maciel Elias
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão do Conselho Superior proferida no julgamento do Edital de Promoção nº 067/2017. Garantia de posição de antiguidade. Promoção por merecimento do requerente à Promotoria de Justiça de Aurora. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Ceará
- 61) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01003/2017-52
Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo (SINDIPÚBLICOS)
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES n.º 21094
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Irregularidades em contratações temporárias. Contrato 82/2015. Prejuízo a nomeações de candidatos aprovados no Concurso Público 02/2013.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Espírito Santo
- 62) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01045/2017-48
Requerente: Paulo Marcio da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Fraudes em processos judiciais. Seguradora de consórcio de seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre). Conflito de atribuições entre órgãos do Parquet. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Minas Gerais

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público